

O livro didático e sua avaliação mundo afora

Raquel Anne Lima de Assis^I

Margarida Maria Dias de Oliveira e Aryana Costa organizaram a obra “Para que (m) se avalia? Livros Didáticos e Avaliações (Brasil, Chile, Espanha, Japão, México e Portugal)”. A primeira é professora do Departamento de História do CCHLA/PPGHIS/URFN da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e foi representante de História da Comissão Técnica do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) nas avaliações dos anos 2007, 2008, 2010, 2011, 2013 e 2014. É autora de diversas obras, como “O direito ao passado: uma discussão necessária à formação do profissional em história” (2011). A segunda é professora do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Entre suas produções estão artigos e capítulos de livro como, por exemplo, “O Papel dos Cursos de Graduação em História - uma discussão sobre a formação dos profissionais de História. Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS” (2010).

Com esta obra as autoras tem o objetivo de apresentar como ocorre o processo de avaliação de Livros Didáticos no Brasil, Chile, Espanha, Japão, México e Portugal. Trata-se de um livro bilíngue, em português e espanhol, e composto por seis artigos de especialistas de alguns destes países citados. Estes textos concordam que o Livro Didático ou os Manuais são fundamentais para o trabalho em sala de aula. É a principal ferramenta utilizada pelos professores e alunos como fonte de informação, conhecimento e formação dos cidadãos. Por isso, há uma preocupação do Estado em avaliar e se certificar que estão chegando às escolas o melhor material possível. Essa qualificação segue diretrizes elaboradas conforme a Constituição do país e a confiabilidade e qualidade científica, metodológica e pedagógica.

Apesar destas semelhanças, há também especificidades. No caso do Brasil, Itamar Freitas e Margarida Maria Dias de Oliveira evidenciam como o processo avaliação de Livros Didáticos envolve uma política pública (PNLD) e interesses de mercado editorial^{II}. Em meio a isso ainda há as concepções dos avaliadores e professores. Assim, os autores elencam dois problemas que resultaram deste processo: a “cristalização de uma concepção de livro didático” e o “descompasso entre as expectativas dos PNLD e as dos docentes”^{III}. A partir disto foram sugeridas algumas soluções, inclusive as que já estão em andamento. Mas isso não significa que todas as dificuldades serão sanadas, pois, envolve diferentes interesses, abordagens e concepções. É preciso que os pesquisadores se voltem para estudos mais aprofundados de novas questões sobre o Livro Didático.

No segundo capítulo são estudados os casos do Chile, Japão e Espanha por Laura H. Lima Muñoz e Ma. del Refugio Plazola Díaz. Neste três países, devido à importância (em conteúdo e metodologia) dos Livros Didáticos é conveniente a avaliação e distribuição gratuita destes materiais. Nos dois primeiros a avaliação é a escolha feita por órgãos do Estado e professores, seguindo suas diretrizes de como deve ser um livro didático. Mas, na Espanha as obras são avaliadas apenas pelos professores.

AVALIAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS EM DIFERENTES FORMAS RAQUEL ANNE LIMA DE ASSIS

Outra semelhança é a inserção das Novas Tecnologias, porém, estas atividades ainda precisam ser aprimoradas. Ou seja, reavaliar o uso limitado destes recursos digitais que acompanham os livros.

Rafael Valls afirma, no capítulo quatro, que a importância dos Livros Didáticos faz com que organizações internacionais venham a discutir sobre sua constituição. Todavia, na Espanha os manuais do professor são marginalizados nestas discussões. No texto são apresentados diferentes problemas metodológicos destes materiais, seguindo uma perspectiva tradicional devido à dificuldade de estabelecer uma relação de métodos mais atualizados e a formação dos professores. Assim, o autor elenca diferentes propostas para serem inseridas na análise e avaliação dos manuais e, conseqüentemente, tentar solucionar alguns problemas. São elas: transposição didática, correspondência entre o conhecimento historiográfico e o escolar proposto; perspectiva passado-presente-futuro, capacidade discurso-reflexiva e compreensão não redutora da realidade; tematizar e problematizar as questões abordadas, explicar o modelo proposto, desenvolver capacidade explicativa discursiva do aluno, explicar a função do aluno e do professor e manter concordância entre os objetivos e a prática proposta. Além de alterações no estilo textual e retórico que possibilitem adequada legibilidade e estruturação. Entretanto, não podemos esquecer a capacitação dos futuros professores para uma escolha de manuais conforme essas propostas.

Sobre o México, Laura H. Lima Muñiz nos mostra que o Livro Didático também se constitui como o principal suporte dos alunos para o acesso as informações e habilidades. Por isso, a escolha é feita a partir de uma avaliação conforme os princípios do Estado de formação do cidadão mexicano. Tal parecer prioriza a construção de um conhecimento problematizador e uma relação do passado com o presente. Desta forma, a autora faz uma análise dos livros de história do ensino secundário e cita os acertos e as principais dificuldades destes recursos. Como também apresenta dados estatísticos do uso de diferentes recursos utilizados pelo professor. Portanto, o material didático é essencial para desenvolver no aluno a capacidade de compreender e explicar o presente através da problematização do passado.

No quinto capítulo, ainda sobre o México, Maria Luisa Díaz González expõe dados sobre os livros que compõem as Bibliotecas Escolares e as Bibliotecas de Sala de Aula. Os primeiros referem-se a nível nacional, ou seja, há uma padronização das obras deste tipo de biblioteca em todo o país. Já o segundo, trata-se a nível estadual. A autora fornece a quantidade de volumes por biblioteca em cada nível escolar (pré-escolar ao secundário) entre os anos de 2002 a 2009. Em seguida, faz uma descrição dos tipos de coleções, indicando o nível de leitura do público alvo (alunos). Isto é, identifica a competência de cada aluno para cada coleção. Também classifica os tipos de obras em gênero e categoria, descrevendo cada tipo em suas características. Por fim, relata como ocorre o processo de avaliação e seleção dos materiais e os eixos temáticos exigidos. Desta forma, trata-se de um artigo descritivo e informativo sobre os tipos de livros e a avaliação dos mesmos no México.

O último artigo também é descritivo. Luís Alberto Marques Alves aborda sobre os Manuais Escolares de Portugal e seu processo de avaliação. Por ser uma referência para os professores e um mediador entre o programa curricular e o aluno, o Estado proporciona uma certificação destes materiais. O objetivo deste processo é escolher aqueles que melhor se adequam como fonte confiável do saber histórico e como meio de construção de cidadania. A partir destas premissas o autor descreve como ocorre este sistema de certificação e os critérios de avaliação. Por fim, são apresentados os aspectos positivos e negativos dos 7º, 8º e 9º anos no que se refere ao “rigor científico, linguístico

AVALIAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS EM DIFERENTES FORMAS RAQUEL ANNE LIMA DE ASSIS

e conceitual”; “adaptação ao desenvolvimento das competências definidas no Currículo Nacional” e “qualidade pedagógica e didática, designadamente no respeitante ao método, à organização, à informação e à comunicação^{IV}”.

Ao observarmos a obra podemos apontar aspectos positivos e negativos. Positivo porque o livro oferece um estudo de variados processos de avaliação do Livro Didático de diferentes países. Isto significa que podemos apontar como se constitui o sistema em cada contexto, e identificar as semelhanças e diferenças. Também nos oferece informações sobre este processo suscitando questionamentos para futuros debates. Além de conhecermos algumas características dos Livros Didáticos de cada país, sendo estes materiais algumas das fontes utilizadas nos artigos. Apesar das ricas descrições, falta uma análise mais aprofundada dos objetos de estudo. Os casos apresentados são superficialmente problematizados. É pouco explorado o contexto social de cada país e como isto reflete nas avaliações, por exemplo.

Mas sem dúvida o livro é referência para professores, desde o ensino básico até o superior. O público alvo são estes profissionais, pois, trata-se da principal ferramenta de trabalho deles. Isso pode ajudá-los na escolha do material, na metodologia adotada no uso em sala de aula e encontrar as lacunas que precisam ser melhores trabalhadas. Além de servir com a mesma importância para pesquisadores da área de ensino de história e alunos de cursos de licenciatura. O livro apresenta informações e possibilidades de pensar futuros projetos de pesquisa.

Referência Bibliográfica:

COSTA, Aryana; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias (org.). **Para que (m) se avalia? Livros Didáticos e Avaliações (Brasil, Chile, Espanha, Japão, México e Portugal)**. Natal, RN: EDUFRRN, 2014.

Notas:

^I Graduanda em História pela UFS. Integrante do Grupo de Estudo do Tempo Presente (GET/UFS/CNPq). Bolsista PIBIC do projeto Clio em cliques: a internet nos livros didáticos de História. Email: raquel@getempo.org. Orientador: Dr. Dilton Cândido S. Maynard (UFS/DHI).

^{II} Os livros são comprados pelo Estado e destruídos gratuitamente nas escolas públicas em todo o território nacional.

^{III} FREITAS, Itamar; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias. Programa Nacional do Livro Didático – PNLD: processo de uma política e possibilidades de aperfeiçoamento. In: COSTA, Aryana; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias (org.). **Para que (m) se avalia? Livros Didáticos e Avaliações (Brasil, Chile, Espanha, Japão, México e Portugal)**. Natal, RN: EDUFRRN, 2014, p. 16.

^{IV} ALVES, Luís Alberto Marques. Processo de certificação dos manuais escolares de História do 3º ciclo do ensino básico em Portugal (2006-2010). In: COSTA, Aryana; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias (org.). **Para que (m) se avalia? Livros Didáticos e Avaliações (Brasil, Chile, Espanha, Japão, México e Portugal)**. Natal, RN: EDUFRRN, 2014, p. 142.